

# PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO PRESBITÉRIO SUL DA PARAÍBA

ARCHIVAL PROCEEDINGS TO THE ORGANIZATION AND PRESERVATION OF THE MEMORY OF THE SOUTH PRESBYTERY OF PARAÍBA

Marta Maria de Brito Hipólito | Dulce Amélia de Brito Neves

**Resumo:** O Presbitério Sul da Paraíba é um concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil no Estado da Paraíba que tem sob sua jurisdição atualmente onze igrejas. A visibilidade aos contextos socioculturais promovidos pela Ciência da Informação neste trabalho de pesquisa a preservação documental e de memória institucional eclesiástica como um tema de reflexão e procedimentos arquivísticos na massa documental acumulada do Presbitério Sul da Paraíba e suas igrejas. Pesquisa exploratória, documental, qualitativa, direcionada aos documentos de uso permanente para a elaboração de um manual de procedimentos arquivísticos direcionado a organização e preservação da memória institucional com a intenção de suscitar a possibilidade de uma estruturação arquivística cuja pesquisa apontou a necessidade de uma organização arquivística para a preservação da história e da memória coletiva institucional eclesiástica das igrejas do Presbitério Sul da Paraíba no Estado da Paraíba.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação; Documentos eclesiásticos; Instituição Presbiteriana; Memória

**Abstract:** The South Presbytery of Paraíba is a concilium of the Presbyterian Church of Brazil that has as its present jurisdiction eleven churches. The visibility to the social cultural contexts promoted by Information Science motivated in this research work the documental preservation and the institutional ecclesiastic memory as a reflection theme and archival proceedings on the documental mass of the South Presbytery of Paraíba and its churches. Exploratory, documentary, qualitative research, devoted to documents of permanent use and directed to the elaboration of an archival proceedings manual on the organization and preservation of the institutional memory with the intention of evoking the possibility of an archival organization for the churches of the South Presbytery of Paraíba's history and ecclesiastic institutional collective memory preservation in the State of Paraíba.

**Keywords:** Science of Information, Memory, Presbyterian Institution, ecclesiastic documents.

## 1. Introdução

A memória coletiva se situa em um contexto social, cultural, religioso e patrimonial no tempo e no espaço geográfico. É necessário, porém, que um suporte de informação registre essa memória coletiva com uma representação específica dessa comunidade ou grupo social, mantendo essa memória através da preservação dos suportes documentais disponíveis. A função informacional dos documentos de arquivo passa a ser um benefício à comunidade quando, segundo: Salcedo, Oliveira e Santos (2014:86) “cabe ao processo de gestão documental a partir das estratégias de organização e tratamento da informação arquivística, avaliar e disponibilizar o acesso aos documentos”.

O presbiterianismo<sup>1</sup> entrou na Paraíba pela sua capital João Pessoa, a terceira cidade mais antiga do Brasil e se estendeu por todo Estado. Os registros desse processo histórico estão

---

<sup>1</sup>Refere-se às igrejas cristãs protestantes com teologia reformada (calvinismo) e cuja forma de organização eclesiástica se caracteriza pelo governo de uma assembleia de presbíteros, ou anciãos, eleitos pelos membros de cada comunidade local administrada por um conselho.

inscritos nos suportes documentais da primeira igreja, e das igrejas organizadas nos anos seguintes, à medida que aumentava o número de membros, se estendendo as cidades e aos pequenos municípios do Estado. A Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) está oficializada desde o ano de 1950. Em seu capítulo I – Natureza, Governo e fins da Igreja, art. 1º e 2º:

Art. 1.º. A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de igrejas locais, que adota como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamentos e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve; rege-se pela presente Constituição; é pessoa jurídica de acordo com as leis do Brasil, sempre representada civilmente pela sua Comissão Executiva e exerce o seu governo por meio de concílios e indivíduos, regularmente instalados.

Art. 2.º A Igreja Presbiteriana do Brasil tem por fim prestar culto a Deus, em espírito e verdade, pregar o Evangelho, batizar os conversos, seus filhos e menores sob sua guarda e ‘ensinar os fiéis a guardar a doutrina e prática das Escrituras do Antigo e Novo Testamentos, na sua pureza e integridade, bem como promover a aplicação dos princípios de fraternidade cristã e o crescimento de seus membros na graça e no conhecimento de Nosso Senhor Jesus Cristo’ (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1950, *online*).

A motivação para pesquisar o Presbitério Sul da Paraíba (PSPB) e suas igrejas vem da convivência e vivência de muitos anos com a Igreja Presbiteriana e a visão que o benefício de uma pesquisa com vistas a uma organização arquivística documental pode oferecer a instituição Presbiteriana e aos futuros estudos da comunidade acadêmica.

A memória coletiva de um grupo religioso em seu espaço geográfico é explicada por Halbwachs (2006:184) quando diz: “A igreja não é somente o lugar em que se reúnem os fiéis e o recinto em cujo interior as influências dos meios profanos não penetram. Em primeiro lugar, ela se distingue de todos os outros lugares de reuniões, de todas as outras sedes da vida coletiva”. Sobre a guarda da memória, Hipólito e Silva (2012:310) dizem: “As lembranças de toda uma vida ficam registradas de maneira seletiva na memória e paralelamente à memória fica em suportes físicos, como um complemento ou uma necessidade de guarda permanente”.

A IPB é uma instituição sem fins lucrativos, de caráter religioso tradicional que na Paraíba vem agregando à sua memória coletiva, a cultura eclesial de ensino religioso cristão, evangelismo, trabalhos voluntários de apoio às comunidades carentes e vem se mantendo viva por mais de um século confirmando sua credibilidade institucional como diz Tiesen, (2013:164) quando afirma: “Para que uma instituição tenha fôlego na sociedade é preciso que tenha credibilidade social”.

A vida institucional eclesial das igrejas do PSPB acumulou documentos que estão reunidos em uma massa documental acumulada (MDA) nas secretarias dos templos com uma arrumação de acordo com o espaço e necessidade de organização de cada comunidade. Nesse sentido, Bellotto (2007:26) adverte que:

Os documentos são diariamente destruídos nas diferentes instâncias, por desconhecimento de sua importância para o posterior estudo crítico da sociedade que o produziu. Tal desconhecimento acarreta o desleixo e a não

priorização no que tange aos serviços de arquivo e a preservação documental.

A necessidade de organização documental arquivística suscitou um questionamento: como contribuir para a preservação da memória eclesiástica do PSPB? O objetivo geral foi definido como: Analisar o estado atual da massa documental que constitui o universo memorialístico do PSPB com vistas à preservação da sua memória institucional.

Durante a pesquisa as metas foram atingidas, a identificação e o estado atual dos documentos permanentes para a elaboração do manual de procedimentos arquivísticos foram encontrados e serão descritos na continuação deste trabalho.

## **2. Percurso metodológico**

A **caracterização da pesquisa** é exploratória, documental, de campo com abordagem qualitativa. O que faz uma pesquisa se iniciar como exploratória segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006:110) é: “o conhecimento atual do tema de pesquisa revelado na revisão da literatura e o enfoque do pesquisador”.

No que diz respeito à pesquisa documental segundo Rodrigues, (2007:45) “é a que se vale, se não unicamente, pelo menos básica ou predominantemente de documentos como fontes de informação”.

A pesquisa de campo é definida por Rodrigues (2007:42) como:

[...] aquela que busca fontes primárias, no mundo dos acontecimentos não provocados nem controlados pelo pesquisador, que caracteriza-se por desenrolar-se em ambiente natural. Trata-se de um procedimento baseado na observação direta do objeto estudado no meio que lhe é próprio, geralmente, sem a interferência do pesquisador, ou sem que esta interferência modifique substancialmente os acontecimentos.

A abordagem da pesquisa, por ser social, é qualitativa a qual, Minayo e Sanches (1993:244) escrevem que: “[...] realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre o sujeito e o objeto”. A pesquisa qualitativa analisa e interpreta os dados relativos aos fenômenos encontrados quanto à qualidade, compara a quantidade sem valorizar seus números.

O **universo da pesquisa** é o PSPB e suas onze igrejas com abrangência em dois campos de pesquisas. A Mesa Executiva (ME) do Presbitério e a Igreja Presbiteriana de Torrelândia (IPT) no bairro da Torre, escolhida pelo método estatístico de amostragem por fazer parte do todo e por ser a igreja de atuação participativa da pesquisadora deste trabalho o que torna o acesso ao local e aos documentos mais disponíveis. A decisão da pesquisa por uma amostra não significa que o pesquisador não possa fazer uma visita às outras igrejas para conhecer a realidade documental de cada uma delas.

A pesquisa social abrange um universo grande de elementos e por isso é frequente o trabalho por amostra. Um método que segundo Gil (1987:97),

É destituído de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

O campo de pesquisa, dividido entre a ME do PSPB e a igreja citada como amostra contou com a colaboração dos líderes, os pastores atuantes, que tendo disponibilizado o acesso às dependências onde se encontram atualmente os documentos, possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa cujo foco esteve voltado para a qualidade de preservação, conservação e guarda da memória institucional quanto as suas espécies e tipos documentais.

A **coleta dos dados** por ser de uma pesquisa exploratória e documental numa MDA, foi fundamental a aproximação do pesquisador com o objeto de estudo através da observação. Pesquisa de iniciativa pioneira nas igrejas do Presbitério Sul da Paraíba, em continuação ao trabalho anterior de pesquisa de (HIPÓLITO, 2010). Como pesquisadora membro comungante da comunidade presbiteriana, a pesquisa qualitativa foi feita por uma observadora participante, ativa por meio de uma observação real na vida da comunidade. Para Rodrigues (2007:130) “caso o pesquisador pertença realmente ao grupo, haverá uma observação natural.” Além da verificação das espécies e tipos documentais foi observado: a) a localização da massa documental acumulada está acessível e guardada; b) o volume documental é pequeno considerando a idade de organização da igreja; e c) o estado de conservação dos documentos pode ser considerado estável.

A **análise dos dados** coletados passou por processos distintos relacionados à linha da pesquisa. A pesquisa partilhou de vários procedimentos entendendo que uma pesquisa exploratória em uma MDA não pode se contentar com apenas uma maneira de coletar e analisar dados levando em conta a abrangência do campo da pesquisa e a aplicação do resultado ao qual se propõe este trabalho. Segundo Gil (1987:188) “na análise o pesquisador prende-se unicamente aos dados, ao passo que, na interpretação, procura um sentido mais amplo para os dados, através de sua ligação a outros conhecimentos obtidos”. O mesmo autor diz que: analisar é uma “atividade artesanal” e interpretar, uma “atividade artística” (GIL, 1987:188).

A análise dos dados coletados como resultado da observação natural nos documentos da MDA contou com a colaboração do presidente do PSPB e paralelamente teve a ajuda do pastor e da secretária da IPT pesquisada, para afirmar durante a análise dos dados quais os documentos definidos como de uso permanente para a elaboração do manual.

### ***3. A Igreja Presbiteriana do Brasil***

No Brasil, a organização presbiteriana tem abrangência nacional e seu sistema regido pela constituição e pela doutrina bíblica, fundamentam a denominação. Presbiteriano não se restringe a um governo eclesiástico. Roberts (1999:14) define o sistema presbiteriano como: “o corpo de verdades e leis religiosas que tem como verdade fundamental a soberania de Deus”.

A primeira IPB foi organizada em um culto realizado no dia 12 de janeiro de 1862 na cidade do Rio de Janeiro sob a direção do missionário Ashbel Green Simonton enviado pela junta de missões da Igreja Presbiteriana de New York.

### 3.1. A hierarquia

O **Conselho** da igreja é formado pelo pastor e vários presbíteros eleitos em assembleias que havendo necessidade recorrem ao **Presbitério**, que tem sob sua jurisdição um número de igrejas, e se compõe dos ministros (pastores) e um presbítero de cada igreja eleito pelo conselho. O **Sínodo** tem jurisdição sobre o mínimo de três Presbitérios e se compõe dos ministros e presbíteros eleitos pelos Presbitérios de sua jurisdição. O **Supremo Concílio** tem jurisdição sobre todas as igrejas e se constitui dos ministros e presbíteros eleitos pelos Presbitérios.

### 3.2. O símbolo e a logomarca

Figura 1: Símbolo e Logomarca



Fonte: Portal IPB/Identidade visual.  
Disponível em: [http://www.ipb.org.br/img/ipb\\_logo.png](http://www.ipb.org.br/img/ipb_logo.png)  
Consult. 21 abr. 2015.

### 3.3. A organização presbiteriana

a) Forma do Governo Presbiteriano:

Presbiterial – cujo princípio básico é: alguns governam todos, com delegação da comunidade.

b) Características do governo presbiteriano:

É o governo do povo por meio de representantes por ele escolhidos. Os presbíteros, tanto docentes como regentes são da mesma ordem.

c) Padrões da igreja presbiteriana:

Padrão de doutrina – a Confissão de Fé, o Catecismo Maior e o Breve.

Padrão de governo – governo, disciplina e liturgia.

d) Oficiais da igreja presbiteriana:

Presbítero docente, Presbítero regente e Diácono.

e) Ministro do evangelho presbiteriano:

Com relação ao pastor, está na Constituição da IPB, Seção 2ª, art. 30º-49º que:

O ministro do evangelho é o oficial consagrado pela igreja representada no Presbitério para dedicar-se especialmente à pregação da palavra de Deus, administrar os sacramentos, edificar os crentes e participar com os presbíteros regentes do governo e disciplina da comunidade (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1950:10-15).

Segundo a Constituição da IPB, o ofício de Pastor, Presbítero e Diácono são vitalícios, mas o exercício da função é temporário, podendo ser eleito, reeleito ou não.

f) Sociedades internas da IPB

Cada igreja tem sua própria organização e sua maneira de trabalhar. As sociedades internas são: A Sociedade Auxiliadora Feminina (SAF), União Presbiteriana de Homens (UPH), União de Mocidade Presbiteriana (UMP), União Presbiteriana de Adolescentes (UPA), União de Crianças Presbiterianas (UCP), Departamento Infantil e Escola Dominical (ED) com classes para adultos, jovens e crianças com o objetivo de estudar a bíblia, no domingo pela manhã. Para a liturgia dos cultos, um grupo que administra o louvor e um conjunto coral.

### ***3.4. A igreja presbiteriana no Estado da Paraíba***

No dia 21 de dezembro de 1884 o missionário John Rockwell Smith, enviado pela junta de missões de Nashville nos Estados Unidos, organizou oficialmente a primeira igreja Presbiteriana da Paraíba. A 36ª igreja organizada no Brasil e a 6ª no nordeste.

O Reverendo Belmiro de Araújo Cesar assumiu os trabalhos da igreja em 1887 tornando-se o primeiro pastor da primeira Igreja Presbiteriana da Paraíba. As conferências que antecederam a organização oficial da igreja aconteceram com a permissão do presidente da província, o Barão de Mamanguape, no teatro Santa Cruz na Rua das Mêrces, hoje Praça 1817 no centro da capital. Depois de alguns anos numa casa alugada na rua da Areia n.º 21 e depois na casa do presbítero tenente Minervino Ribeiro Pessoa Lins, os crentes compraram o prédio do teatro Santa Cruz e no dia 19 de abril de 1896 a estrutura física da igreja foi para o prédio próprio na rua das Mercês, depois chamada de Visconde de Pelotas, hoje Praça 1817 n.º 34 onde ficou até o ano de 1986 quando passou para a Rua Odon Bezerra, n.º 294, Tambiá no centro da capital, João Pessoa (RIBEIRO, 2003:31).

#### ***3.4.1. Os Presbitérios da Paraíba***

Na Paraíba atuam seis presbitérios jurisdicionados pelo Sínodo da Paraíba. Presbitério da Paraíba, Presbitério da Borborema, Presbitério Sul da Paraíba, Presbitério Oeste da Paraíba, Presbitério de João Pessoa e Presbitério Central da Paraíba.

Na Constituição da IPB, no Capítulo V, Seção 3ª, Art. 85º, “O presbitério é o concílio constituído de todos os ministros e presbíteros representantes de igrejas de uma região determinada pelo Sínodo”. O art. 86º indica que: “Três ministros e dois presbíteros constituirão o quorum para funcionamento legal do presbitério” (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1950, *online*). Os presbitérios da Paraíba não têm sede própria, mas tem uma diretoria organizada composta de: Presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro e um secretário executivo. As reuniões são feitas anualmente em caráter ordinária, podendo acontecer em qualquer época do ano em caráter extraordinário.

O que normatiza os presbitérios são os estatutos, os regimentos ou os regulamentos. A seguir estão alguns artigos do Manual Presbiteriano que apresentam as determinações e disposições finais inclusos nos Art. 1º ao Art. 39º.

Art. 1º - O Presbitério [...] é uma sociedade religiosa com sede em [...], organizado de conformidade com a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil e tem por fim realizar o que determina a seção 3ª do cap. V da referida Constituição.

Art. 2º - São membros da Sociedade todos os ministros arrolados na Secretaria Executiva e as Igrejas filiadas ao Presbitério. As Igrejas são representadas no Presbitério por um presbítero eleito anualmente.

Art. 3º - O Presbitério é administrado por uma Comissão Executiva composta da Mesa do Presbitério que é integrada pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretários temporários e Tesoureiro.

Art. 4º - O Presidente, os Secretários temporários e o Tesoureiro serão eleitos anualmente.

Art. 10º - Ao Secretário Executivo compete:

- a) Preparar, com antecedência, o rol completo dos membros do Concílio e das Igrejas jurisdicionadas, cujos representantes serão arrolados no ato da verificação de poderes;
- b) Arquivar todos os papéis do Concílio e conservá-los em boa ordem;
- c) Transcrever em livros, conforme com o modelo oficial, as atas do Concílio e de sua Comissão Executiva;

Art. 38º - Os casos omissos devem ser resolvidos pelo Concílio, de acordo com as regras e praxes presbiterianas.

Art. 39º - Este Regimento, aprovado pelo Sínodo, só pode ser reformado por proposta do Presbitério, submetida à aprovação do respectivo Sínodo (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1999:173-188).

### 3.4.2. O Presbitério Sul da Paraíba

Segundo relato de Hipólito, (2010:51) “com o aumento do número de igrejas foi criado no dia 27 de novembro de 1997 o PSPB”.

O PSPB é um concílio jurisdicionado pelo Sínodo da Paraíba, criado de acordo com os estatutos e regimentos da IPB no Estado da Paraíba e que tem sob sua jurisdição as igrejas apresentadas no quadro 1, com o destaque para a igreja escolhida estatisticamente por acessibilidade, como parte do todo, para ser um campo empírico da pesquisa. O outro campo da pesquisa é a ME do PSPB.

### 3.4.3. As igrejas do Presbitério Sul da Paraíba

Quadro 1 – Igrejas Presbiterianas e suas datas de organização

<b>Igrejas</b>	<b>Organização</b>
Igreja Presbiteriana de Cruz das Armas - João Pessoa	29 de janeiro de 1955
<b>Igreja Presbiteriana de Torrelândia - João Pessoa</b>	<b>30 de janeiro de 1955</b>
Igreja Presbiteriana de Jaguaribe - João Pessoa	14 de março de 1965
Igreja Presbiteriana Filadelfia - João Pessoa	19 de setembro de 1992
Igreja Presbiteriana de Mangabeira - João Pessoa	10 de fevereiro de 1996
Igreja Presbiteriana do Bancários - João Pessoa	05 de agosto de 2000
Igreja Presbiteriana de Tambaú - João Pessoa	31 de março de 2001
Igreja Presbiteriana de Bayeux - Bayeux	06 de novembro de 2004
Igreja Presbiteriana do Geisel - João Pessoa	20 de setembro de 2014
Igreja Presbiteriana de Intermares - João Pessoa	26 de Setembro de 2015
Igreja Presbiteriana dos Funcionários 4 - João Pessoa	17 de Outubro de 2015

Fonte: HIPÓLITO (2010) e dados da pesquisa (2015)

Os presbitérios não existem sem as igrejas que os compõem. As igrejas podem ser retiradas ou acrescentadas aos presbitérios por acréscimo de igrejas ou criação de novos presbitérios. Portanto, além da organização administrativa o Presbitério conta com as secretarias de Causas, cujos secretários são eleitos pelo Presbitério para atuar nas determinadas funções apresentadas a seguir. Secretarias do trabalho masculino, feminino, da mocidade, dos adolescentes, pró-infância, evangelismo e missões, educação

religiosa, apoio pastoral, apoio diaconal, música e terceira idade. Todas as Secretarias do Presbitério juntamente com as secretarias das sociedades internas das igrejas produzem e recebem os documentos listados no Quadro 2.

**Quadro 2 – Documentos permanentes do Presbitério Sul da Paraíba**

<b>ME do PSPB</b>	<b>Igrejas</b>
Atas – registros das resoluções	Atas – Conselho e sociedades internas
Relatório do ministro – estatística do trabalho	Carta de Recomendação
Relatório das secretarias (acima descritas)	Código de disciplina
Relatório eclesiástico de cada igreja	Digesto – Resoluções do Supremo Concílio
Resoluções documentos aprovados	Escritura de imóveis
	Guia das sociedades internas
	Liturgia – Boletim e Princípios liturgia
	Filmes
	Fotografias
	Registro de casamento
	Relatório do conselho da igreja
	Relatório das sociedades internas
	Relatório missionário
	Rol de membros comungantes
	Rol de membros não comungantes

Dados da pesquisa: (2015)

#### ***4. A memória presbiteriana nos documentos eclesiásticos***

As comunidades religiosas de um modo geral são bases de sustentação e desenvolvimento sociocultural e intelectual das famílias, grupos e indivíduos. As ações cotidianas dentro de uma comunidade religiosa são registradas através da doutrina, da música, dos encontros, dos eventos, das viagens, das fotografias, do patrimônio, da construção de histórias e de outros recursos diversos. Os registros mostram a necessidade de preservação, conservação e guarda permanente dos documentos e suportes de informações que contam a história e evocam a memória dessas comunidades. Segundo Ferreira (1994:9) “Estudos sobre a religião vem ocupando cada vez mais espaço nas ciências humanas, dada a sua marcante influência na sociedade brasileira”.

Armazenar e recuperar tanto na memória quanto fisicamente, segundo Oliveira (2009:44) “Tem em sua acumulação um sentido de “imortalizar” a história de um indivíduo em todas as suas nuances personificando o sujeito em suas relações”. A autora se refere a um arquivo pessoal, mas a história de um indivíduo abarca outras histórias e a comunidade da qual faz parte. Em seus vários suportes de informação a IPB no Estado da Paraíba reflete a sua memória institucional religiosa e os seus documentos permanentes estão sob o conceito mais abrangente de “transmissão cultural” (BELLOTTO, 2007:271).

O que é informação e o que é documento? Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), informação é: “Elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos num documento” (BRASIL, 2005:107). Este mesmo dicionário define documento como: “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (BRASIL, 2005:73).

Considerando-se que o setor eclesiástico também é público, Jardim (1987:1-2) apresenta uma organização correta da preservação da memória documental na fase de produção: a) Garantir que as atividades sejam documentadas adequadamente; b) garantir que o menor número de documentos de valor primário e transitório seja reunido aos documentos de valor permanente; c) garantir a melhor organização da documentação em suas diferentes fases do ciclo vital. d) garantir a adequada avaliação dos documentos de prova/testemunho, histórico e cultural (valor secundário) com vistas ao seu recolhimento à guarda permanente. Todas as vantagens apresentadas são perfeitamente aplicáveis aos documentos eclesiásticos de uma instituição religiosa. Todos os procedimentos referentes a produção, utilização e destinação dos documentos são indispensáveis a organização ao acesso e uso da informação.

### ***5. Organização da informação arquivística***

A pesquisa ampliou a visão documental da instituição Presbiteriana e mostrou a possibilidade de uma organização informacional sob a orientação de princípios da Arquivologia, conceitos e bases teóricas da Ciência da Informação para a preservação da memória institucional a partir de um manual de procedimentos arquivísticos para a massa documental acumulada do presbitério sul e suas igrejas.

Os arquivos religiosos com datas anteriores à proclamação da república têm seu valor jurídico pelos seus registros demográficos reconhecidos no art. 16º na lei nº 8.159 quando afirma que “os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do código civil ficam identificados como de interesse público e social” (BRASIL, 1991).

Com o aumento das instituições e das massas documentais surgiram vários tipos de arquivo pelo que Couture e Rosseau (1998:42) afirmam: “Para além dos arquivos governamentais (os arquivos privados, os arquivos econômicos, os arquivos de igrejas, os arquivos sociais) trouxeram uma produção acrescida de informações e uma maior utilização da informação”.

### **5.1 Princípios que regem os arquivos**

O arquivo de uma instituição religiosa tem uma documentação diferenciada pelas especificidades linguísticas que assume perante o campo administrativo e espiritual. O trabalho da pesquisa feita nos documentos eclesiásticos considera que para a elaboração do manual de procedimentos arquivísticos é necessário observar os princípios básicos e as peculiaridades que os documentos assumem perante o arquivo perante a instituição que os produziu.

Bellotto (2002:23-24) descreve os princípios fundamentais da arquivística nos documentos de arquivo: Princípio da proveniência, Princípio da unicidade, Princípio da organicidade, Princípio da indivisibilidade. Com referência a organização da informação e ao profissional dessa organização, Paes (2004:42) diz: “Um serviço de arquivo bem organizado possui valor inestimável. É a memória viva da instituição, fonte e base de informações.” Nesse sentido, com a visão da importância da organização documental, Barros e Neves (2009:57) dizem: “arquivo e memória: uma relação indissociável.” Para que haja uma organização documental é preciso que sejam obedecidos os princípios de ordem em relação ao fundo documental que é definido pelo DBTA como: “Conjunto de documentos de uma mesma proveniência” (BRASIL, 2005:52).

## **6. Estrutura do manual**

1 - A introdução apresenta o objetivo do manual que é a preservação da memória institucional eclesiástica do Presbitério Sul da Paraíba (PSPB), concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, (IPB) no Estado da Paraíba, através da organização da massa documental acumulada (MDA) da Mesa Executiva (ME) do Presbitério e suas igrejas possibilitando o uso do manual de procedimentos arquivísticos por outros presbitérios por considerar que o sistema presbiteriano representado por seus concílios atuam de igual maneira em todo Brasil.

2 - O segundo capítulo apresenta o Arquivo do Presbitério Sul da Paraíba (APSPB), sua designação como um Arquivo Permanente, sua localização no Presbitério, o fundo arquivístico que é o próprio Presbitério e os grupos que são as igrejas jurisdicionadas pelo PSPB. As espécies e tipos documentais que formarão o arquivo, o gênero e a natureza dos documentos.

3 - No terceiro capítulo estão as competências do APSPB e o gerenciamento da memória documental. O quadro de arranjo, os procedimentos de envio dos documentos ao arquivo, o fluxograma de envio pela ME do PSPB e pelas igrejas, os procedimentos de recolhimento e exemplo de guias de recolhimento feitos pelo arquivo, procedimentos de eliminação caso algum documento tenha prazo de guarda, mesmo que se trate de arquivo permanente, o fluxograma de eliminação e a o exemplo de uma guia de eliminação, preservação e conservação de documentos, disseminação da informação e instrumentos de pesquisa.

4 - O quarto capítulo trata do acesso a informação, dos documentos ostensivos e sigilosos e do acesso a estrutura física do arquivo.

5 - O quinto capítulo fala em detalhes da espaço físico do APSPB, da manutenção, dos recursos pessoais, da segurança, da área de guarda dos documentos, do arquivamento dos documentos, das fotografias, da representação da localização dos documentos, dos fatores ambientais e higienização do arquivo. Em seguida, as referências, o glossário baseado no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) e nos anexos os exemplos das guias e o termo de recolhimento para a ME e igrejas do PSPB seguido da guia e termo de eliminação do APSPB.

### **7. Considerações finais**

A realidade documental do presbiterianismo na Paraíba aponta para a necessidade de organização e estruturação arquivística como um meio de guarda, conservação e preservação da história de mais de um século e da memória institucional eclesiástica das igrejas do PSPB. Entretanto, apesar da falta de organização documental nos moldes arquivísticos, o que foi percebido durante a pesquisa para o presente trabalho foi o cuidado e a preocupação em divulgar a história e guardar para a posteridade a memória institucional das Igrejas Presbiterianas do PSPB por parte dos responsáveis pesquisados.

Há uma real necessidade de organização da memória nos documentos que os guardadores conseguiram manter a despeito das intempéries do tempo e locais de guarda nas secretarias das igrejas. As contribuições dadas pela Arquivologia e Ciência da Informação, dão respaldo a este trabalho no que concerne à possibilidade de uma efetiva estruturação e organização da informação. As duas áreas do conhecimento oferecem elementos suficientes e necessários para a definição de métodos direcionados ao armazenamento, conservação, preservação e acesso possibilitados pelo conhecimento de conceitos arquivístico e estudos determinantes da linha de memória, organização, acesso e uso da informação.

Como conclusão, está ampliada a discussão sobre os caminhos da memória documental e institucional do PSPB e suas igrejas, visando à organização documental através da estruturação de um arquivo que contemple de maneira abrangente os documentos de uso permanente e sua relação inseparável com a memória institucional eclesiástica. A gestão documental facilita o acesso e uso da informação presente dos documentos eclesiásticos e, conseqüentemente, possibilita a evocação da memória individual e coletiva do PSPB. O manual de procedimentos arquivísticos para a organização e preservação da memória institucional do PSPB é o produto deste trabalho de pesquisa e o instrumento norteador para a organização documental e a guarda da memória do PSPB e suas Igrejas Presbiterianas no Estado da Paraíba.

### **Referências bibliográficas**

**BARROS, D. S.; NEVES, D. A. B.**

2009 Arquivo e memória: uma relação indissociável. *Revista Transinformação*. 21:1 (jan.-abr. 2009) 55-61.

**BELLOTTO, H. L.**

2007 *Arquivos permanentes : tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro : FGV, 2007.

**BELLOTTO, H. L.**

2002 *Como fazer análise diplomática e análise tipológica dos documentos de arquivo*. São Paulo : Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado. 2002. (Projeto Como fazer, 8).

**BRASIL. Arquivo Nacional**

2005 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51).

**BRASIL. Arquivo Nacional**

1991 *Presidência da República : Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. [Em linha]. Brasília, 8 de janeiro de 1991. [Consult. 20 mar. 2015] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm).

**FERREIRA, L. F. G.**

1994 *Igreja e romanização : a implantação da Diocese da Paraíba*. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1994. Tese de doutorado.

**GIL, A. C.**

1987 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo : Atlas, 1987.

**HALBWACHS, M.**

2006 *A Memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo : Centauro, 2006.

**HIPÓLITO, M. M. B.**

2010 *Memória institucional arquivística: identificação de tipologia documental eclesial presbiteriana no Presbitério Sul da Paraíba*. João Pessoa : Universidade Estadual da Paraíba, 2010. Monografia de graduação.

**HIPÓLITO, M. M. B.; SILVA, L. C.**

2012 Música : um arquivo documental e de memória auditiva. In ALBUQUERQUE, M. E. B. C., et al. – *Representação da Informação : um universo multifacetado*. João Pessoa : Editora da UFPB, 2012, p. 319-340.

**IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL**

1999 *Manual presbiteriano*. 15ª ed. São Paulo : Editora Cultura Cristã, 1999.

**IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL**

1950 *Constituição da igreja presbiteriana do Brasil*. [Em linha]. 1950. [Consult. 20 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.executivaipb.com.br/site/constituicao/constituicao.pdf>.

**JARDIM, J. M.**

1987 O Conceito e a prática de gestão de documentos. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro. 2:2 (jul.-dez. 1987) 35-42.

**MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O.**

1993 Quantitativo-qualitativo : oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. 9:3 (jul.-set. 1993) 239-248.

**OLIVEIRA, B. M. J. F. de; LEAL, José Simeão**

2009 *Escritos de uma trajetória*. João Pessoa : Universidade Federal da Paraíba, 2009.  
Tese de doutorado.

**PAES, M. L.**

2004 *Arquivo : teoria e prática*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

**RIBEIRO, A. J. O.**

2003 *A História da Igreja Presbiteriana da Parayba : os primórdios*. João Pessoa : Fênix, 2003.

**ROBERTS, W. H.**

1999 *O Sistema presbiteriano*. Trad. Gutenberg Campos. 2ª ed. São Paulo : Editora Cultura Cristã, 1999.

**RODRIGUES, R. M.**

2007 *Pesquisa acadêmica : como facilitar o processo de preparação de suas etapas*. São Paulo : Atlas, 2007.

**SALCEDO, D. A; OLIVEIRA, D. A; SANTOS, T. H. N.**

2014 Acesso e dispositivos legais na gestão de informações arquivísticas. *Revista Ágora*. Florianópolis. 24:49 (2014) 79-100.

**SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F; LUCIO, P. B.**

2006 *Metodologia da pesquisa*. 3ª ed. São Paulo : Megraw-Hill, 2006.

**THIESEN, I.**

2013 *Memória institucional*. João Pessoa : Editora da UFPB, 2013.

**Marta Maria de Brito Hipólito | [martamariabh@gmail.com](mailto:martamariabh@gmail.com)**

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

**Dulce Amélia de Brito Neves | [damelia1@gmail.com](mailto:damelia1@gmail.com)**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil